



EDITORIAL

A Comissão Editorial da “Camine, caminhos da educação”, no cumprimento de sua agenda de publicações, na realidade um compromisso para com a educação por intermédio dos que se dedicam a essa causa, tem a grata satisfação de apresentar a segunda edição do volume 9 de suas publicações e o faz com os olhos voltados para o objetivo da Revista: ‘fomentar o debate, disseminar o conhecimento e socializar pesquisas voltadas para a implementação de políticas educacionais’. Esta edição, assim como as que a precederam nasce comprometida com a honestidade intelectual dos seus autores, numa versão de leitura agradável e de fácil entendimento. Nesta perspectiva alarga-se o espaço das discussões, aprofundam-se reflexões, abrindo sempre o leque para novos questionamentos, chave sensível da constância do conhecimento.

Os 07 (sete) artigos que compõem esta edição são frutos de pesquisas acadêmicas, reflexões de estudiosos e profissionais da educação e refletem o eixo condutor da tiragem, a saber a complexidade que baliza a implementação das políticas educacionais em níveis e situações diversas que respondem pelos diversos segmentos e recortes de estudo dos autores focados na preocupação medular, que vem, de longa data incomodando professores, estudiosos e pesquisadores da educação e a sociedade em sentido abrangente e específico. Estou falando da educação escolar, significando dizer, aquela que acompanha toda a vida do estudante: Ensino Básico e Superior; portanto, a relação do jovem com o mundo escolar e seu desdobramento para com o mundo do trabalho. Na realidade uma relação que deve ter na devida conta a prerrogativa da formação cidadã, da educação como direito apregoada pela Constituição Federal /1988.

Sobre esta prerrogativa os estudiosos têm, de longa data, se debruçado; não foi diferente com os autores desta edição.

A preocupação com a dinâmica de vida da juventude brasileira frente à sociedade da qual é sujeito e também produto, uma dinâmica regida pelas novas tecnologias, ademais, onde ganha corpo a diversidade de forma larga, abrangente, em espaços que caminham e se entrecruzam o local, regional, nacional e o mundial, e a relação com o mundo escolar abre esta edição.

Numa lógica que se fundamenta pelas persistências históricas, o segundo artigo aponta os descaminhos trilhados pela educação formal brasileira, regida pelo processo ensinar e aprender, nas plataformas da Lei 5692/71 e da LDBn.9394/96. Há evidente desvelar do sistema dual de ensino: de um lado a formação para os que devem pensar e por outro os que devem fazer. No entanto, há que se considerar que se a Lei 5692/71 indica o quê para quem, mesmo no descortinar da chamada democratização do ensino, as persistências da dualidade se fazem presentes na LDB n.9394/96, notadamente no embate teoria e prática, sobretudo nas concepções do ensinar do aprender, que de uma forma desvelada ou não, se liga à formação de professores no ensino superior e o embate com prática

docente, que acaba por ser permeada pela concepção do professor, de maneira singular pela verticalidade que rege o sistema de ensino.

Interessante notar como a discussão sobre temas prementes é aquecida pelos artigos que se seguem, numa clara preocupação com a educação como direito de todos. Uma questão de ponta todas as indagações: educação para quem? Como?

As amarras estariam no currículo? Precisamente em que ponto? Qual o sentido de um currículo oficial e como este se relaciona com o currículo formal? Estaria nesta desconexão o problema da evasão significando dizer que o diálogo escola x sociedade está truncado? A leitura com que esta edição brinda o leitor, mostra percursos, demonstra análises ratificadas por dados.

Enriquece a edição os estudos de caso apresentados sobre cursos de formação, quer de bacharelado, quer de licenciatura. São colocadas em pauta a intencionalidade e a prática tendo-se em conta o peso das avaliações externas, e os desafios do mercado de trabalho.

Fecha a edição de maneira pertinente a reflexão proposta sobre o Desenvolvimento como liberdade trazendo para o debate Amartya Sen, Paulo Freire e o conceito de desenvolvimento do relatório da Unesco: Educação para o século XXI.

Buscam os autores caminhos que possam levar ao exercício pleno da cidadania pela participação social, tendo no sujeito o autor de sua vida, de sua história, de seu conhecimento e agente do desenvolvimento.

Que o leitor tenha uma leitura proveitosa são os votos da Comissão Editorial

Os Editores